



A campanha da CNBB de 2011, "Fraternidade e a vida no planeta", foi homenageada ontem em Plenário. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira (E), compôs a mesa com o representante da entidade, dom José Belisário (entre as senadoras Ana Rita e Marta Suplicy). 4 e 5

Waldemir Barreto/Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.404 – Brasília, quarta-feira, 16 de março de 2011



Senadores Itamar Franco (E) e Aécio Neves debatem na comissão as regras para suplentes

Comissão aprova suplente único de senador e novas datas de posse

Anteprojeto de reforma política deverá sugerir posse de governador no dia 10 de janeiro e de presidente no dia 15, além da redução para um só suplente de senador

A Comissão da Reforma Política do Senado decidiu ontem incluir em seu futuro anteprojeto novas regras para a suplência de senadores e a mudança das datas de posse de presidente, governadores e prefeitos. Só haveria um suplente de senador (e não dois, como hoje), que assumiria o mandato

em caráter transitório. Para casos permanentes, se prevê a eleição de um novo senador no pleito imediatamente seguinte à morte ou renúncia. Para evitar os transtornos hoje causados pelas posses no feriado de 1º de janeiro, a comissão defende que o presidente assuma no dia 15 de janeiro, cinco dias após os demais. 3

O que ficou decidido ontem

SUPLENTES DE SENADOR



O número de suplentes seria reduzido de dois para **um**.



Em caso de afastamento permanente, o substituto exerceria o cargo **temporariamente**, até que fosse empossado um sucessor. A eleição deste se daria no pleito seguinte, independentemente de ser municipal ou geral.



O suplente não poderia ser **cônjuge ou parente** consanguíneo, até segundo grau ou por afinidade, do titular.

MUDANÇA DA DATA DE POSSE NO EXECUTIVO



Prefeitos e governadores no dia **10 de janeiro**.

Presidente da República no dia **15 de janeiro**.

Senado começa a discutir reforma do Código Florestal 6

Sarney não vê conflito com Câmara por causa de MPs 2

Conselho de Ética ainda depende dos líderes 2

Ministro explica plano para educação

Meta de plano elaborado para a década de 2011 a 2020 é de atingir ao menos 7% do PIB para o setor. 7

Medida contra violação de sigilo fiscal vira projeto de lei

Acordo entre governo e oposição ontem trocou medida provisória por projeto de lei para punir servidor que viola sigilo. 2



Octaviani Luis (E) e Fernando Furlan durante sabatina presidida por Delcídio Amaral (ao lado de Lobão Filho)

CAE vota hoje duas indicações para o Cade

Fernando Furlan, indicado para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e Alessandro

Octaviani Luis, para conselheiro do órgão, foram sabatinados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. 7



Haddad, ao lado de Requião, fala na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Paulo H. Conrath/Senado Federal

Geraldo Magela/Senado Federal

Governo e oposição concordam em dar continuidade ao debate sobre o assunto e aprovam emenda para que medida retorne à Câmara e, assim, perca a validade hoje

Projeto de lei deve substituir MP que pune quebra de sigilo

GOVERNISTAS E OPOSIÇÃO chegaram a um acordo em Plenário para garantir a continuidade das discussões sobre a regulamentação da punição a servidores que injustificadamente quebrarem o sigilo fiscal de cidadãos. Um impasse surgiu a partir de questionamento feito pelo senador Itamar Franco (PPS-MG), que apontou inconstitucionalidades na prática que vem sendo adotada pela Câmara e pelo Senado na tramitação das medidas provisórias.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), anunciou o acordo para deixar que a MP perdesse o efeito e houvesse a apresentação imediata de um projeto de lei que tramite em regime de urgência urgentíssima, retomando o texto original da MP. Ele observou que a solução adotada só vale para esta MP e não para as demais que se encontram na Câmara.

De acordo com Itamar, os prazos estipulados pela Constituição não são respeitados, fazendo com que as MPs sejam votadas no Senado "de afogadilho". O resultado é que os senadores não podem se debruçar sobre os pressupostos de urgência e relevância, exigidos para medidas provisórias, nem tratar de sua adequação financeira



Líderes partidários negociam no centro do Plenário: críticas ao rito de tramitação

ou orçamentária (veja matéria ao lado).

No caso do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/11, proveniente da Medida Provisória (MP) 507/10, que constou da pauta do Senado de ontem, "qualquer manobra protelatória bem sucedida mandaria o projeto para o arquivo", afirmou Itamar.

Para não inviabilizar a proposta, foi feito o acordo, a partir de sugestão de Renan Calheiros (PMDB-AL), para a aprovação de uma emenda ao PLV forçando o seu retorno à Câmara e a consequente perda de sua validade. Em seu lugar, será apresentado um projeto de lei com tramitação em caráter de urgência urgentíssima. O projeto resgatará o texto original da MP, que sofreu modi-

ficações na Câmara com as quais os senadores não concordaram.

– Descontado o recesso, esta proposição ficou 14 dias parada na comissão mista, que jamais se reuniu, 92 dias na Câmara e 14 dias no Senado. Parada. Sem ser discutida, o que dirá aperfeiçoada. Que seja a última vez que o Senado aceite isso – afirmou Renan.

A MP estabelece punições para os servidores públicos que injustificadamente quebrarem o sigilo fiscal de cidadãos, com demissão e perda de cargo em comissão ou da aposentadoria para o servidor que fizer uso indevido de informações sigilosas. Quem acessar tais dados sem motivação funcional deve ser suspenso.

Projeto permite contrato com sócio incapaz

O Plenário do Senado aprovou ontem que o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins não poderá se opor ao registro de contratos ou alterações contratuais de qualquer sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidas algumas condições. O projeto (PLC 104/08) vai agora à sanção presidencial.

De acordo com a proposta, as condições exigidas para o registro ou alterações de contratos de

sociedades que envolvam sócio incapaz são as seguintes: o sócio incapaz não poderá exercer a administração da sociedade; o capital social deverá ser totalmente integralizado; e o sócio relativamente incapaz deve ser assistido, e o absolutamente incapaz, representado, ambos por seus representantes legais.

A integralização de capital social é o aporte de capital, feito pelo sócio, de acordo com o estabelecido quando foi criada

a sociedade.

Na CCJ, no parecer favorável, o relator, o então senador Marco Maciel, afirma que o projeto permite às empresas mercantis com sócios incapazes a obtenção do registro de seus contratos ou das alterações destes nos registros públicos.

Assim, elas não ficam impedidas de se adaptarem às mudanças ocorridas no ambiente econômico ou mesmo em suas próprias estruturas.

Conselho de Ética depende dos líderes, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a instalação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e da Corregedoria do Senado está na dependência de os líderes partidários designarem os integrantes dos dois órgãos.

– Não é uma decisão apenas do presidente. Tenho que dividir essa responsabilidade com os membros da Casa – explicou.

O cargo de corregedor está vago desde outubro de 2010, com a morte do senador Romeu Tuma, que exercia essa função. Os mandatos dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado terminaram em janeiro, com o fim da 53ª legislatura e início da 54ª. O colegiado é composto por 15 titulares e 15 suplentes.



O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, pede apoio ao presidente do Senado, José Sarney, para uma solução para a dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

– Defendemos a federalização da companhia, mas sem pendurar o prejuízo nas costas do Amapá, o que inviabilizaria o estado por 15, 20 anos – explicou Capiberibe, segundo quem, há risco de apagão. Participaram do encontro o presidente da CEA, José Ramalho de Oliveira, deputados federais e o senador Randolfe Rodrigues.

Sarney: mudança no rito de MPs não gera atrito com a Câmara

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou ontem a necessidade de mudança no rito de tramitação das MPs no Congresso Nacional. Para o senador, o projeto com esse objetivo que ele deverá apresentar não vai gerar atrito entre Câmara e Senado.

– Não restringe de nenhuma maneira qualquer competência da Câmara dos Deputados – assinalou.

Sarney disse que conversou com o presidente da Câmara, Marco Maia, sobre o assunto e explicou que a intenção do projeto de resolução a ser apresentado é equiparar a tramitação das MPs ao das demais leis.

– É manter como nas outras leis. Todas as outras leis vêm, são votadas na Câmara e são votadas no Senado. Só assim elas podem passar. É algo constitucional que o Senado vem defendendo – argumentou.

Vários senadores apoiaram ontem a iniciativa de Sarney. De acordo com Lobão Filho (PMDB-MA), esta proposição

vai facilitar a aprovação das MPs pelo Senado, servindo também para fazer um alerta sobre o uso excessivo desse instrumento legislativo.

– É importante que, neste momento, a gente discuta mudanças no uso das MPs. Não é mais aceitável que o Executivo possa legislar em substituição ao Legislativo através de MPs. Até o Judiciário agora passou a legislar baixando normas que passam a valer como lei.

Para o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), a alteração na tramitação das MPs vai facilitar o trabalho dos senadores, além de fornecer mais prazo para a análise dessas medidas.

– Não concordamos com esta divisão do tempo e, do jeito que está, fica parecendo que o Senado está apenas homologando as decisões dos deputados sobre o assunto – criticou.

Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a proposta de Sarney é oportuna e possui boas possibilidades de ser aprovada pela Casa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prevenção à mortalidade materna

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, substitutivo a projeto que cria comitês de estudos e prevenção à mortalidade materna.

Presidência Entrega da Constituição para estudantes

11h José Sarney e o presidente do STJ, Ari Pargendler, participam de cerimônia de entrega de exemplares da Constituição a alunos de escolas públicas do DF; às 12h, Sarney recebe a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; e às 12h30, encontra-se com o deputado Dr. Rosinha e membros do Mercosul. Às 16h, preside a ordem do dia, às 18h30, vai a lançamento de livro na Biblioteca do Senado e, às 20h, à exposição Fotografia em Revista, no Museu Nacional.

CAS Trabalhador do setor de energia elétrica

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa proposta que torna obrigatório o seguro contra acidentes pessoais, pago pelo empregador, para os empregados no setor de energia elétrica. Também vota projeto que institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes públicas e privadas.

CCT Ministro das Comunicações expõe diretrizes

9h O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, fala sobre as diretrizes e programas da pasta para os próximos dois anos na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CAE Sabatina de indicados para o Cade

9h A Comissão de Assuntos Econômicos sabatina Fernando de Magalhães Furlan para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e Alessandro Octaviani Luis para conselheiro do órgão.

CCJ Exclusão de herdeiro e secretaria para micros

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que trata da exclusão de herdeiros considerados indignos e dos declarados desertados. Também na pauta, projeto que institui a Secretaria Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

CDR Debates sobre desenvolvimento regional

14h Votação de requerimentos para realização de ciclo de debates sobre os entraves ao desenvolvimento regional do país na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A seguir, o colegiado designa membros para as subcomissões da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste.

Biblioteca Lançamento do livro *Cesário Alvim 27*

18h30 Lançamento do livro *Cesário Alvim 27 – histórias do filho de um exilado*, de Abelardo Jurema Filho, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Comissão aprova suplente único e posse dia 15

Além da redução de dois para um, suplentes só assumiriam em caráter temporário. Mandatos executivos começariam em 10 e 15 de janeiro

A COMISSÃO DE Reforma Política aprovou ontem as sugestões que vai incorporar ao futuro anteprojeto de lei em relação às novas regras para a escolha de suplentes de senador e das datas de posse dos cargos executivos. O número de suplentes

seria reduzido para um, que assumiria apenas para substituir temporariamente o titular ou, no caso de afastamento permanente, até que fosse empossado um novo senador – eleito no pleito seguinte, independente de ele ser municipal ou geral.

O suplente não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até segundo grau ou por afinidade, do titular.

A comissão também decidiu propor que a posse de prefeitos e governadores seja no dia 10 de janeiro, enquanto

o presidente da República assumiria o mandato em 15 de janeiro. Todas essas mudanças só valeriam a partir de 2014.

Como durante as discussões alguns senadores precisaram se ausentar, o presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), decidiu adiar para

a próxima reunião algumas decisões.

Uma delas diz respeito à proposta que proíbe o senador de se afastar do cargo para exercer outras funções que não seja a de ministro de Estado, além do limite de tempo para esse afastamento.



Foto de Gerardo Magalhães/Senado Federal

Mudança nas regras sobre suplente de senador só valeria a partir de 2014

“O fim da suplência significaria correr o risco de ver no Senado um estado, por determinado período, sem representação.” Ao se manifestar contra a extinção da figura do suplente de senador, Aécio Neves (PSDB-MG) expressou seu apoio à proposta defendida na Comissão de Reforma Política pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Ao final da reunião, esse foi o texto aprovado.

Caso sejam aprovadas em definitivo pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, as alterações só entram em vigor a partir de 2014, ou seja: as regras das últimas eleições vigorarão até o final dos atuais mandatos.

Sob a presidência de Francisco Dornelles (PP-RJ), a comissão aprovou a redução do número de suplentes de dois para um. Também definiu que o suplente não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo, até segundo grau ou por afinidade, do titular. Ele somente assumirá nos casos de substituição e permanecerá no cargo até a escolha do sucessor, que se dará no próximo pleito, municipal ou geral.

Já o senador Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a extinção da figura do suplente, por entender que ele não tem legitimidade popular. Nos casos de substituição ou sucessão, o candidato imediatamente classificado atrás do titular assumiria a vaga. Eduardo Braga (PMDB-AM) manifestou apoio à proposta, que conquistou a maioria dos votos da comissão. Ele destacou a necessidade de as medidas não entrarem em vigor imediatamente para evitar a quebra de direito adquirido.

Mesmo apoiando a propos-



Aécio Neves se manifesta contra a extinção da figura do suplente

ta, Itamar Franco (PPS-MG) fez uma ressalva. Em vez de aguardar a realização de um próximo pleito municipal ou geral para a escolha do substituto do senador, ele preferiria a convocação de uma nova eleição em 60 ou 90 dias. Proposta de Wellington Dias (PT-PI) determinava que o suplente passasse a ser eleito também, junto com o titular.

Porta-voz da posição do PMDB, Vital do Rêgo (PB) sugeriu que o suplente apenas substitua, mas não suceda, o senador titular do cargo, acompanhando o texto aprovado pela comissão. Por sua vez, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou e aperfeiçoou a sugestão de Wellington Dias: cada partido teria dois candidatos a senador por vaga. O somatório dos votos apontaria o partido vitorioso. O candidato mais votado dessa coligação seria o eleito, o segundo colocado, o suplente.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiou a proposta defendida pela maioria por entender que “ela é a mais razoável entre todas as apresentadas”.

Vicentinho Alves (PR-TO) informou que o seu partido havia definido uma posição a respeito da questão: manter a regra atual da escolha dos suplentes, mas vedando a prática do nepotismo. Jorge Viana (PT-AC) apoiou a proposta majoritária, mas expressou seu desejo de o número de suplentes continuar sendo dois. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que votou a favor do substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça e disse que continuará apoiando a proposta.

Afastamento

Defensor da manutenção de dois suplentes, Humberto Costa (PT-PE) propôs a criação de um mecanismo que restrinja a possibilidade de o senador ser eleito e, logo em seguida, nomeado para algum cargo. Em muitos casos, o suplente cumpre quase todo o seu mandato. O líder do PT sugeriu que o senador somente possa ser liberado para assumir o cargo de ministro de Estado. Outra ideia seria limitar o tempo do afastamento. O presidente da Comissão de Reforma Política, Francisco Dornelles, prometeu colocar o tema em votação nas futuras reuniões do colegiado.

Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que o ideal seria o senador ser eleito sem suplente. No caso de sucessão, o suplente seria indicado pelo partido. Por entender que sua proposta não seria aprovada, Requião contrapropôs: um suplente apenas, que substitua, mas nunca suceda. Ele defendeu a realização de eleição quando o titular precisar se afastar por um período maior.

Requião discordou da imposição da cláusula do nepotismo por entender que, “na mesma medida em que parentesco não é título, ele também não é cláusula infamante”.

Simon defende manutenção do voto obrigatório

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) espera, como resultado da reforma política em curso no Congresso, que o voto obrigatório seja mantido no país, mas que se acabe com a possibilidade de reeleição para presidente, governadores e prefeitos. Os dois temas serão discutidos nesta semana pela Comissão de Reforma Política.

Com a experiência de 50 anos de vida pública e exercendo seu quarto mandato de senador, Simon mostra grande disposição para contribuir para o aperfeiçoamento da representação política no país, mesmo não tendo sido indicado para compor a comissão.

Para Simon, os dois outros temas da semana na comissão – suplência de senador e mudança da data da posse de chefes do Executivo – estão em posições opostas em termos de dificuldade de entendimento. O primeiro é um assunto “muito complicado”, objeto de longas discussões no Senado, sem sucesso.

– Acho que é uma matéria que tem que ser muito discutida. No final da legislatura passada, o Senado viveu uma situação melindrosa, com grande número de suplentes com mandato – lembrou Simon.

O segundo tema de ontem, ao contrário, conta com o apoio de todos e deve ser resolvido com facilidade, acredita o senador. Mas ele afirma que tais temas não são essenciais para uma reforma política.

Na opinião do senador, a sociedade quer ver equacionados assuntos como a forma de eleição dos deputados e os problemas referentes a partidos políticos, o que inclui questões como cláusula de barreira, “para que o país não fique como hoje, com 30, 40 partidos”.

Pela regra aprovada, cônjuge ou parente até o segundo grau não poderão ser suplentes

Demóstenes relatou proposta sobre suplentes na CCJ

CCJ rejeitou tese da renúncia para assumir cargo

A CCJ aprovou, em 2008, proposta semelhante às alterações nas regras para suplente de senador definidas ontem pela Comissão de Reforma Política. Demóstenes Torres, relator da matéria, lembrou que seu parecer inicial não foi aceito pelos senadores da CCJ. Por isso, ele elaborou o substitutivo à PEC 11/03.

Demóstenes ressaltou que sua ideia era obrigar o senador a renunciar ao mandato caso aceitasse convite para assumir o cargo de ministro de Estado. Da mesma forma, teria que renunciar caso se candidatasse a prefeito, governador ou outro cargo eletivo. O senador afastado seria substituído pelo candidato imediatamente mais votado na eleição que o elegeu.

– Submetida essa proposta, a CCJ rejeitou e pediu outro texto, já que a maioria dos senadores não abriria mão da possibilidade de se tornar ministro ou secretário de Estado, nem de disputar cargo eletivo no meio do mandato sem que isso implicasse renúncia. Tivemos que partir para um meio termo – disse o senador.

Itamar alerta para perigo de crise fiscal

O senador Itamar Franco (PPS-MG) alertou que a alteração na data da posse de prefeitos, governadores e presidente da República poderá provocar um problema de ordem financeira e fiscal.

– Temos que analisar com

cuidado essa decisão. Se, por exemplo, o presidente da República tomar posse no dia 15, como o Orçamento entra em vigor no dia 1º, o antecessor, se não tiver escrupulos, poderá deixar um prejuízo grande para o seu sucessor que vai assumir.

Nem sempre na política brasileira prevalece a ética. Vamos ter que ver como fica o processo financeiro e fiscal nesses dez ou 15 dias – aconselhou Itamar.

Pedro Taques (PDT-MT) levantou a mesma preocupação ao lembrar que a Constituição,

ao optar pelo dia 1º de janeiro, o fez buscando justamente a coincidência com o ano fiscal. O presidente da comissão, Francisco Dornelles, comprometeu-se a examinar a possibilidade de a Lei de Responsabilidade Fiscal já contornar o problema.

Para Vital, tema supera diferença entre credos

Mesmo patrocinada pela Igreja Católica, a Campanha da Fraternidade há muito superou as diferenças entre credos, pois expressa sentimentos comuns à essência de todas as religiões. A opinião é do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Para ele, que salientou sua origem em “família católica ferrenha”, os efeitos da campanha se estendem a todas as pessoas, independentemente da fé que professam.

— O tema da campanha deste ano é “Fraternidade e a vida no planeta”. Desastres naturais como o que o Japão está enfrentando, com prejuízos incalculáveis em termos de vi-



Desastres naturais levam a reflexão sobre pequenez do homem, diz Vital

das humanas e de patrimônio material, nos obrigam a refletir sobre a relação do homem com seu ambiente, sobre a nossa pequenez diante da força dos fenômenos naturais, sobre a solidariedade e o amor ao próximo que precisamos exercer permanentemente — afirmou o parlamentar.

Crivella afirma que catástrofes servem para alertar o homem

As catástrofes ambientais ocorridas em várias partes do mundo — tais como terremotos, tsunamis e enchentes — precisam servir de alerta à Humanidade para a necessidade de aprimorar



Para Marcelo Crivella, a Humanidade acabará sendo vítima de si mesma

as práticas de uso sustentável dos recursos naturais do planeta, afirmou Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao comentar a Campanha da Fraternidade 2011.

— Não dá para continuar do jeito que está. Essa pobre Humanidade, no ritmo que vai, será vítima de si mesma — disse o senador.

Crivella também citou trechos bíblicos que, em sua avaliação, são previsões corretas da sagrada escritura de fenômenos naturais recentes, a exemplo da atividade excessiva do Sol verificada nos últimos anos pelos astrônomos, ou do movimento das placas tectônicas que causou o maremoto no Japão no final da semana passada.

Marisa Serrano elogia CNBB por promover debate

Marisa Serrano (PSDB-MS) elogiou o tema “Fraternidade e a vida no planeta” que, em sua opinião, sugere o crescimento sustentável do país, com respeito aos valores de solidariedade, dedicação e amor ao próximo.

— Com base no preceito do amor, principal bandeira do evangelho, a Campanha da Fraternidade cria uma agenda positiva para o país, educa e conscientiza. Os debates dos temas levam a questões fundamentais que precisam ser colocadas na pauta do país — afirmou.

A senadora elogiou a estratégia da CNBB que, por meio de palestras e eventos, “consegue promover amplo debate com diversas camadas da população”.



Marisa: a campanha de 2011 cria uma agenda positiva, educa e conscientiza



Senador afirma que a hora é de repensar, reduzir, reciclar e recuperar

Suplicy aponta importância da sustentabilidade

Ao eleger o respeito ao meio ambiente como tema, a CNBB mostra a importância de uma consciência ecológica e sustentável, observou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

— A Campanha da Fraternidade nos direciona para a conscientização sobre a sustentabilidade com o reduzir, reutilizar, recuperar, reciclar, repensar. O que poderemos fazer pessoalmente e em nossas famílias com relação a essa realidade?

Ele citou ainda o arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta, para dizer que a campanha busca alertar para a necessidade de uma “vida equilibrada, sóbria e humana”.

Senado homenageia Campanha da Fraternidade

O alcance do tema escolhido — “Fraternidade e a vida no planeta” — e a oportunidade de a sociedade brasileira tratar de questões ambientais às vésperas da conferência internacional Rio+20 foram alguns dos destaques feitos pelos senadores a respeito da Campanha da Fraternidade de 2011. A homenagem prestada pelo Plenário contou com a participação da ministra do Meio

Ambiente, Izabella Teixeira, e do arcebispo de São Luís, dom José Belisário da Silva. Para a ministra, os recorrentes incidentes naturais e o impacto das mudanças climáticas revelam que o planeta impõe

limites. O tema da Campanha da Fraternidade tem alcance ecumênico, apontaram vários senadores, e deve estimular a geração de novos modelos de produção e consumo.



Foto de Willemien Bunters/Socobis Federal

Comuseram a mesa a senadora Ana Rita (E), que solicitou a homenagem; dom José Belisário da Silva, arcebispo de São Luís e representante da CNBB; senadora Marta Suplicy; padre Luiz Carlos Dias, secretário executivo da Campanha da Fraternidade; e padre Ernane Pinheiro, assessor político da CNBB



Senador diz que campanhas da CNBB sempre contribuíram com soluções

Ação pode gerar alternativas, acredita Valadares

O tema escolhido “demonstra a preocupação da Igreja com o aquecimento global e as mudanças climáticas”, avaliou o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A Campanha da Fraternidade, lembrou ele, já tratou do meio ambiente em outros anos e deu “importante contribuição para o aprofundamento dos estudos, pesquisas, análises e debates sobre o assunto”.

Para Valadares, a campanha ajudará a gerar “alternativas para a superação dos problemas socioambientais decorrentes do aquecimento global”.

— A proteção das florestas nativas, o tratamento do lixo, a emissão de gases de efeito estufa e a preservação da água são preocupações que devem ser consideradas por todos nós. O planeta é nossa casa, como nos indica o exemplo de São Francisco de Assis, patrono da ecologia, que nos estimula ao amor fraterno por todos os seres que fazem parte da vida do planeta.

Ministra do Meio Ambiente: o planeta tem limites

A Campanha da Fraternidade 2011 precede a cúpula da Rio+20, assinalou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmando que a discussão sobre o meio ambiente está centrada na compreensão de que o planeta tem limites. Os incidentes naturais e as mudanças no clima demonstram que o homem extrapolou a capacidade do planeta.

A raça humana é a única espécie do planeta que ameaça a oferta de recursos naturais e de biodi-

versidade, mas é também a única espécie que possui habilidades, atributos e sentimentos necessários à mudança desse quadro, afirmou. A sociedade brasileira, num momento de desenvolvimento e inclusão social, tem a oportunidade de debater os valores da cidadania e os seus deveres para com o meio ambiente.

— Desastre natural é um fenômeno sobre o qual não temos controle. Mas, sobre a vulnerabilidade, maior ou menor, nós temos

controle. E isso tem a ver com os limites do uso dos recursos naturais e dos limites do uso dos recursos ambientais. O clima nos mostra a vulnerabilidade; a biodiversidade nos mostra a base de oferta da vida — salientou. O desafio, de acordo com a ministra, é reunir aos valores da cidadania e dos direitos humanos o valor ambiental e o valor à vida. — Meio ambiente não é uma questão da elite. É uma questão da vida — resumiu.

Arcebispo defende desenvolvimento humano com respeito à natureza

Ao agradecer aos senadores a homenagem da Casa à Campanha da Fraternidade, o arcebispo de São Luís, dom José Belisário da Silva, afirmou que, ao adotar uma temática de caráter socioambiental, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “demonstra suas preocupações com o estado do planeta”. O religioso recordou que a campanha de 1979, cujo tema era “Preserve o que é de todos”, já mostrava a

atenção da Igreja Católica para o assunto. O arcebispo disse que o Brasil, país contemplado com “uma biodiversidade exuberante”, precisa criar “processos de convergência para canalizar forças em prol do desenvolvimento humano integral, sem ferir a sustentabilidade da natureza em seus diversos biomas”. — Que nossas leis contribuam para esse intento — assinalou.



País precisa buscar desenvolvimento humano integral, diz dom Belisário



Divulgador/CNBB



Campanha contribui para conscientizar comunidades cristãs, diz Santiago

Santiago quer esclarecimento da população

Na avaliação de Wilson Santiago (PMDB-PB), as ações programadas para a Campanha da Fraternidade 2011 devem atingir o objetivo de esclarecer a população sobre os problemas ambientais do mundo.

O senador relacionou os recentes deslizamentos de terra em cidades brasileiras à falta de cuidado do homem com a natureza.

— A campanha contribuirá, e muito, para a conscientização das comunidades cristãs e das pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, motivando-as a participar dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida na Terra — disse.

Marta Suplicy espera reflexão, mudança e ação

Ao abrir a sessão, Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que, independentemente de credo religioso, a Quaresma é o período para refletir e agir sobre questões relevantes para a sociedade.

— Neste ano, o tema “Fraternidade e a vida no planeta” é oportunidade preciosa para que possamos pensar com calma e atenção a respeito do meio ambiente. Mas, não basta reflexão. Não é suficiente que saibamos o que deve ser feito e como deve ser feito, se não for dado o passo de mudar atitudes, hábitos, comportamentos. Todo autoexame necessita de uma segunda etapa: a ação — disse.

Para a senadora, o grande desafio do Século 21 é conciliar as necessidades do homem com as do planeta.



Marta: são incontestáveis as provas a respeito do aquecimento global



Ricardo Ferraço espera maiores avanços na agenda ambiental

Ferraço aplaude CNBB por sintonia com Rio+20

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) cumprimentou a CNBB pela campanha “oportuna e tempestiva” por sua proximidade com a realização da Rio+20, em junho.

O objetivo do encontro é renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável, firmado na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

O senador manifestou preocupação com uma agenda que obtenha maiores resultados que a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, em 2009, e a décima-sexta edição do evento, em Cancún, em 2010.

Fraternidade está hoje em segundo plano, diz Simon

A fraternidade deveria ser “a essência da própria existência”, mas na atualidade vem sendo colocada em segundo plano, ultrapassada pela competitividade, disse Pedro Simon (PMDB-RS).

— No conjunto da sociedade, somos cada vez menos fraternos e cada vez mais concorrentes. Para sobreviver, o ser humano tem cada vez mais de se sobrepôr ao seu semelhante: na vaga pelo emprego, na universidade, nos hospitais, no estacionamento, no transporte público — lamentou. O senador saudou a Campanha da Fraternidade 2011 e afirmou que os documentos-base de todas as campanhas, “são, sem dúvida, a melhor de todas as formulações de um legítimo plano de governo verdadeiramente interessado no povo”.



Simon: a competitividade se tornou uma “condição de sobrevivência”



Senadora destaca que Campanha da Fraternidade tem abordagem ampla

Gleisi Hoffmann ressalta caráter ecumênico

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou que a abordagem da campanha é a mais ampla possível, incluindo desde o combate a banhos demorados, para evitar desperdício de água e energia, até à pressão para que governos invistam em energia limpa.

Gleisi observou que não é a primeira vez que a Igreja Católica adota a preservação da natureza como tema de campanha. Isso ocorreu em 1979 (“Preserve o que é de todos”), 2004 (“Água, fonte de vida”) e 2007 (“Vida e missão neste chão”). “Fraternidade e a vida no planeta”, tema deste ano, dá à campanha um caráter ecumênico, “que não deve encontrar barreiras junto aos mais diversos credos religiosos”, disse a senadora.

Explosões em reator no Japão levam CMA a aprovar a realização de audiência pública para que o diretor-presidente da Eletronuclear fale sobre a segurança das usinas instaladas no Brasil e sobre o plano de expansão do programa

Segurança de usinas nucleares no Brasil será discutida em audiência

O DIRETOR-PRESIDENTE DA Eletronuclear (Eletronuclear), Othon Luiz Pinheiro da Silva, será convidado a falar no Senado sobre os quatro projetos de construção de usinas nucleares no Brasil, bem como sobre a segurança na utilização dessa fonte energética. Requerimento para a realização de audiência pública foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A iniciativa dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jorge Viana (PT-AC) foi motivada pelos problemas na usina nuclear de Fukushima, no Japão, após o terremoto seguido de *tsunami* na semana passada. Os senadores aproveitaram para manifestar solidariedade ao povo japonês pela tragédia.

Chernobyl

Os parlamentares querem que o presidente da Eletronuclear esclareça o Senado e a sociedade brasileira acerca dos sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas; dos planos de emergência em caso de acidentes; e do plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas



Senadores da CMA, presidida por Rodrigo Rollemberg, manifestam solidariedade ao povo japonês, pela tragédia

de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos.

Depois dos acidentes na usina de Chernobyl, na Ucrânia, e agora em Fukushima, observou Valadares, os governos de países europeus passaram a rever os planos de instalação de usinas e as medidas de segurança das centrais nucleares.

Na avaliação de Jorge Viana, o acidente no Japão demonstra

que os mecanismos de segurança usados na geração de energia nuclear podem não ser tão eficazes e "estão em xeque". Jorge Viana lembrou que, embora seja um país com alto desenvolvimento tecnológico, o Japão não conseguiu controlar as explosões na usina nuclear de Fukushima.

No Brasil, lembrou Viana, mais de 2% da energia provém de fonte nuclear.

– O Brasil deve se associar a outros países que estão querendo evitar que esse tipo de desastre aconteça no mundo – disse.

Por sua vez, o senador João Pedro (PT-AM) afirmou que as explosões na usina japonesa dizem respeito a todo o mundo.

– Estamos tratando não só do Japão ou do Brasil, mas do planeta Terra. Precisamos discutir e tirar lições com uma postura tecnocientífica – recomendou.

CMA vai antecipar discussão do Código Florestal no Senado

A Comissão de Meio Ambiente dará início ainda este mês ao ciclo de audiências que discutirá a reforma do Código Florestal (Lei 4.771/65). Para a primeira reunião, marcada para o dia 29, serão convidados a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; a ex-ministra do Meio Ambiente e ex-senadora Marina Silva; e o relator da matéria na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

A realização do ciclo foi sugerida pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A proposta de reforma do Código Florestal está na Câmara, e depois seguirá para o Senado. Segundo Rollemberg, é importante que os senadores se antecipem e já comecem a discutir o assunto.

Ontem, a comissão aprovou convidados para as próximas audiências. Requerimento de



Cícero Lucena e Blairo Maggi vão comandar a Subcomissão da Copa e Olimpíadas

Jorge Viana (PT-AC) pede a participação de representantes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e do Movimento dos Pequenos Agricultores. Já Pedro Taques (PDT-MT) pediu a presença de representante do

Ministério Público Federal.

Taques retirou seu requerimento de criação de uma subcomissão no âmbito da CMA para discutir a reforma do Código Florestal. Segundo ele, foi convencido pelos demais membros do colegiado da importância do

tema ser tratado pela CMA, e não por uma subcomissão. Rollemberg afirmou que o código será o principal tema a ser discutido na comissão em 2011.

Subcomissões

As subcomissões permanentes da Água e da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 foram instaladas ontem, com eleição de seus presidentes e vices.

Marisa Serrano (PSDB-MS), que vai presidir a Subcomissão da Água, disse que o colegiado vai tratar de assuntos como excesso de chuvas e seu monitoramento, preservação de mananciais e utilização dos rios para transporte e pesca. Para a Subcomissão da Copa e Olimpíadas, foram eleitos Blairo Maggi (PR-MT) e Cícero Lucena (PSDB-PB) como presidente e vice, respectivamente.

Diligência nas obras de Jirau e Santo Antônio

Uma comitiva da Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará visita às obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia.

O autor do requerimento da visita, Ivo Cassol (PP-RO), pretendia incluir a fiscalização na agenda da subcomissão que acompanha as obras da usina de Belo Monte, no Pará. Na avaliação do senador, equívocos no planejamento das hidrelétricas de Roraima causaram prejuízos ao estado, e a intenção é evitar que isso se repita no Pará. Como exemplo, Cassol citou o fato de o Ministério do Meio Ambiente ter autorizado a construção das usinas sem permitir a retirada da madeira do local da obra. Só após os prejuízos causados pelo apodrecimento do material, disse o senador, pensou-se no aproveitamento da madeira pela indústria moveleira.

Os senadores da CMA não consideraram viável o acompanhamento pela subcomissão, então foi requerida a diligência que, segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, será concluída com relatórios sobre todos os acontecimentos da execução das obras.

CI: Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro vão dividir presidência

O PSDB definiu ontem que Lúcia Vânia (GO) e Flexa Ribeiro (PA) dividirão a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no biênio 2011/2012. Ambos almejavam o cargo, que, pela proporcionalidade partidária, cabe ao PSDB. A solução alcançada dentro do partido foi cada um permanecer um ano na presidência.

O líder do partido, Alvaro Dias (PR), ressaltou que prevaleceu o entendimento entre os parlamentares do PSDB.

Lúcia Vânia, que ocupará o cargo neste ano, informou que dará prioridade à fiscalização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das obras de preparação para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. No ano que vem, a senadora será sucedida por Flexa Ribeiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • João Pedro • Paulo Davim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Ministro da Educação esteve em audiência pública no Senado para apresentar o Plano Nacional de Educação para a década de 2011 a 2020

Haddad defende meta de 7% do PIB para educação



Fernando Furlan fala aos senadores da CAE, observado por Delcídio Amaral (D): ele hoje preside interinamente o Cade

CAE sabatina escolhidos para o Cade; mensagens vão a Plenário

As indicações, pelo Executivo, de Fernando de Magalhães Furlan para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de Alessandro Octaviani Luis para conselheiro do órgão serão analisadas hoje, a partir das 9h, em votação secreta, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ontem, os dois candidatos foram sabatinados e o presidente da CAE, Delcídio Amaral (PT-MS), garantiu que encaminhará as duas mensagens para votação em Plenário ainda hoje, logo após a análise na comissão.

O Cade é autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e tem como atribuições orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, exercendo papel tutelador de prevenção e de repressão a abusos nessa área.

Experiência

Durante sua sabatina, Fernando Furlan lembrou que esta é a quarta vez que é sabatinado pelo Senado. A primeira foi para o cargo de procurador do Cade e as duas outras para conselheiro do órgão. Ele afirmou que o trabalho do conselho é muito importante para a sociedade e tem sido reconhecido em todo o mundo.

– No ano passado, o Cade foi reconhecido como a melhor agência de defesa da concorrência das Américas. Esse prêmio foi em reconhecimento pelo trabalho da equipe do Cade na última década – explicou Furlan, que preside interinamente o órgão.

Em sua opinião, é importante divulgar a cultura da concorrência pelo Brasil em benefício da sociedade. Ele lembrou que, atualmente, as próprias empresas têm feito a fiscalização da concorrência saudável, denunciando práticas e comportamentos que consideram prejudiciais ao mercado. Elogiou ainda a parceria com o Ministério Público na fiscalização da concorrência.

Furlan afirmou que tem investido numa política de negociação com as empresas envolvidas em processos. Explicou aos parlamentares que o poder econômico não é ilícito, quando uma empresa merece, por competência, se destacar.

– O que a lei proíbe é o abuso do poder econômico, quando usado para prejudicar os concorrentes e a sociedade – afirmou.

O relator da indicação, Lobão Filho (PMDB-MA), lembrou as atribuições do Cade para reforçar a importância do órgão.

Formação

Fernando Furlan é graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Sorbonne (Paris).

Com 35 anos, Octaviani Luis é formado em Direito, com mestrado em Ciência Política e doutorado em Direito Econômico, todos os títulos pela Universidade de São Paulo (USP). Já trabalhou como advogado e é autor de dois livros. Atualmente, é professor de cursos de graduação e pós-graduação em Direito em faculdades paulistas.

O relator da indicação de Octaviani Luis, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), observou que o Cade deve saber também ouvir as partes antes de julgar, garantindo “o bem-estar do consumidor”.



Octaviani Luis é advogado e tem doutorado em Direito Econômico

Bolsa Família recebe R\$ 200 milhões do Bird

A CAE aprovou ontem pedido da União para a contratação de empréstimo de até US\$ 200 milhões junto ao Banco Mundial, recursos que seriam destinados ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como tramitava em regime de urgência, a mensagem presidencial (MSF 2/11) foi aprovada ontem mesmo em votação no Plenário.

A mensagem presidencial com o pedido havia chegado ao Senado em dezembro do ano passado.

Ao discutir a proposta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) esclareceu que o empréstimo tem o objetivo de aprimorar o programa Bolsa Família e seus impactos.

O projeto a ser financiado inclui seis componentes, o primeiro envolvendo a aplicação de até US\$ 185 milhões em favor das famílias assistidas pelo Bolsa Família, no formato de transferências condicionadas de renda para os cadastrados.

Outros US\$ 30 milhões se referem a despesas com melhorias de gestão do programa, além de aperfeiçoamentos no Sistema de Cadastro Único.

Nesse caso, metade dos gastos será coberto pelo empréstimo. O valor a maior corresponde à contrapartida nacional.

EM SUA PRIMEIRA participação em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) depois do início do novo governo, o ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu ontem a meta de destinar ao setor pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB). O percentual consta do projeto do Plano Nacional de Educação para a década de 2011 a 2020, que se encontra na Câmara dos Deputados. Segundo Haddad, o montante é suficiente para garantir o cumprimento dos demais objetivos do plano.

Durante a audiência, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), duas senadoras consideraram modesta a meta de investimento. Marinor Brito (PSOL-PA) lembrou que os 7% do PIB já estavam previstos em projeto aprovado há uma década – e terminaram vetados. Kátia Abreu (DEM-TO) observou que países como Chile e México têm investido mais do que o Brasil na educação e criticou a baixa qualidade das escolas rurais.

Haddad disse não ter conhecimento de nenhum país na América Latina que invista em educação mais do que 6% do PIB. A média observada nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), comparou, está em 5%, equivalentes ao aplicado hoje pelo Brasil. Os dois pontos percentuais a mais previstos para 2020 serão acrescentados ao longo da década, com aumento médio de 0,2 ponto percentual a cada ano.

– Foi fixada uma meta coerente com as demais. Fizemos uma conta de quanto precisaremos para cumprir cada meta. Não pode ser um número mágico.



Ministro Fernando Haddad e senador Roberto Requião, presidente da CE

Cristovam vai propor criação do Ministério da Educação de Base

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) vai propor à presidente Dilma Rousseff a criação do Ministério da Educação de Base. Ele deverá levar a ela manifesto com o mesmo teor apresentado pela Maçonaria. Cristovam recebeu o documento ontem. Comitativa com representantes de todas as correntes maçônicas vão participar do ato.

A ideia da criação do ministério para tratar exclusivamente da educação de base surgiu em novembro de 2010, após palestra do senador sobre o Educacionismo, movimento que

O ministro observou que foram incluídas no novo plano de educação metas “factíveis, claras e mensuráveis”, para que a sociedade possa acompanhar o desempenho do governo. As metas incluem a formação e a valorização do magistério, com objetivos como o de aproximar o rendimento médio do professor ao de outros profissionais com escolaridade equivalente.

Prouni e piso

Alvaro Dias (PSDB-PR) citou números de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) para criticar a condução do programa Universidade para Todos (Prouni), que teria vagas ociosas já pagas pelo governo nas instituições privadas de ensino. O ministro assegurou que uma vaga não oferecida em um semestre pelas instituições com fins lucrativos deverá ser oferecida no semestre seguinte.

Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou o atual piso salarial do magistério, estipulado em R\$ 1.187. Segundo ela, o valor deveria subir para cerca de R\$ 1.500, de acordo com interpretação da lei do piso salarial feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O ministro respondeu que o valor atual decorre de uma interpretação da lei feita pela Advocacia-Geral da União. Já Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Bauer (PSDB-SC) elogiaram o diálogo mantido pelo ministro com prefeitos e governadores de todos os partidos políticos. Participaram ainda do debate os senadores João Pedro (PT-AM), Ângela Portela (PT-RR), Wellington Dias (PT-PI), Magno Malta (PR-ES) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Ferraço defende mais rigor contra infrações para reduzir mortes no trânsito

Espantado com o número de mortos em acidentes nas estradas no feriado do Carnaval, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 48/11) que aumenta

o rigor de penas por crimes de trânsito. Em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a iniciativa é resultado, segundo o senador, de uma consulta popular feita pela associação dos profissionais

dos Detrans.

– Eles chegaram à conclusão de que precisamos endurecer a Lei Seca, para que ela possa voltar a produzir os bons resultados que já deu em 2009, quando conseguimos a redução em 10%

dos acidentes nas vias e rodovias brasileiras – afirmou.

Para ele, entre os motivos que fizeram deste Carnaval o mais violento dos últimos anos – com 213 mortes e 2.441 feridos em 4.165 acidentes, segundo

a Polícia Rodoviária Federal –, estão imprudência, embriaguez, chuvas, falta de campanhas educativas, falta de regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro e, principalmente para Ferraço, a impunidade.

Itamar Franco corrige informações do Senado

Senador relatou ter solicitado suspensão do pagamento de aposentadoria que recebia. Ato da Diretoria-Geral, no entanto, não informa que foi ele o autor do pedido

O SENADOR ITAMAR Franco (PPS-MG) questionou informações divulgadas pelo Senado a respeito de seu pedido de suspensão de aposentadoria, já que não pode acumular esses vencimentos com os de senador. Ele questionou o fato de a Diretoria-Geral não informar que a suspensão foi solicitada por ele, não tendo sido uma “decisão unilateral” do Senado.

Itamar informou que, embora o Boletim de Pessoal informe que ele deixará de receber R\$ 13.027,53, na verdade sua aposentadoria, líquida, é de R\$ 6.477,81, descontados o Imposto de Renda e o Plano de Seguridade Social dos Congressistas.



Itamar Franco cobra divulgação correta, para não igualar nível ético pelo piso

– Descuido, erro, negligência, má-fé. A mim nem importa tanto qual foi a causa. Não advogo, claro, que se escamoteiem dados, especialmente os que apontem o destino de recursos do erário. Importam-me, sim, sob

pena de sermos injustos, eu diria até levianos, a clareza, a justeza que devem pautar a divulgação dessas informações, reduzindo biografias e nivelando, pelo piso, o nível ético que deve pautar a conduta do homem público.

João Pedro lamenta morte do ex-deputado Eduardo Valverde



João Pedro

João Pedro (PT-AM) lamentou a morte do ex-deputado federal Eduardo Valverde, que presidia o Partido dos Trabalhadores em Rondônia. O senador lamentou também a morte do secretário de Organização do PT no estado, Ely Bezerra, vitimado no mesmo acidente de carro que matou o ex-deputado.

Segundo João Pedro, Eduardo Valverde poderia ter facilmente obtido a reeleição para a Câmara, mas colocou seu nome à disposição do partido para se candidatar a governador, tendo ficado em terceiro lugar.

O senador manifestou solidariedade à esposa e aos dois filhos de Valverde. Afirmou que tanto o ex-deputado quanto Ely Bezerra eram militantes “que não fizeram outra coisa senão defender o povo da Amazônia”. Em aparte, Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que todo o estado está de luto.

Raupp sugere duplicação das rodovias federais

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ontem à presidente Dilma Rousseff pela duplicação das rodovias federais. Ele citou o fato de o número de acidentes e mortes nas rodovias brasileiras ter sido muito alto durante o Carnaval de 2011.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, afirmou, 4.165 acidentes ocorreram durante o feriado nos 66 mil quilômetros de rodovias federais, com 213 vítimas fatais. Números maiores que os do Carnaval do ano passado: 3.233 acidentes, com 143 mortos.

– A variação no número de mortos é simplesmente apavorante. A quantidade de feridos também subiu. Em 2011 foram 2.441, um aumento de 27,4% em relação a 2010 – informou.

Para o senador, um dos fatores que contribui para o aumento de acidentes rodoviários é “o estado

deplorável das estradas”. A duplicação de todas é parte da solução, disse.

– Faço um apelo à presidente Dilma Rousseff para que dê uma atenção especial a essa questão. Duplicar todas as estradas federais brasileiras é um imperativo, uma necessidade, uma obrigação de nosso poder público. Precisamos fazer o possível e o impossível para interromper essa escalada de violência e morte.



Senador quer que governo dê atenção especial ao assunto

Marinor Brito manifesta apoio ao povo japonês

Ao manifestar solidariedade ao povo japonês pelas perdas humanas e destruição de parte da infraestrutura do país, Marinor Brito (PSOL-PA) também assinalou que a colônia de descendentes de japoneses em Tomé-Açu, no Pará, segue apreensiva com o destino de parentes que moram no Japão, bem como de integrantes das



Senadora alerta para perigo nuclear

demaís colônias, principalmente em São Paulo e Paraná. A senadora advertiu ainda para o perigo da proliferação de usinas nucleares no Brasil.

Moka pede por cidades atingidas pela chuva em MS

O excesso de chuvas registrado em março comprometeu a infraestrutura de pelo menos 20 municípios de Mato Grosso do Sul e provocou a perda de quase metade da safra de soja, com prejuízo estimado em R\$ 1,5 bilhão, alertou Waldemir Moka (PMDB-MS). Ele pediu ao governo a liberação de recursos para as prefeituras e a renego-



Moka: metade da safra comprometida

ciação das dívidas dos produtores. “A situação é de desespero. Pontes continuam caídas, redes de esgoto destruídas e moradias impróprias”, lamentou.

Henrique Meirelles poderá ser sabatinado por quatro comissões

Lindbergh Farias (PT-RJ) pretende propor que a sabatina de Henrique Meirelles – indicado para presidir a Autoridade Pública Olímpica (APO) – ocorra em reunião conjunta das comissões de Infraestrutura (CI), Educação, Cultura e Esporte (CE), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição e Justiça (CCJ). O ex-presidente

do Banco Central aceitou o convite da presidente Dilma Rousseff para comandar a APO. O Senado examinará a indicação após sua publicação no *Diário Oficial*. Lindbergh disse que Meirelles conta com grande prestígio na Casa, e que a sabatina visa esclarecer aspectos técnicos da atuação do órgão.

Davim elogia tema da Campanha da Fraternidade

Paulo Davim (PV-RN) comemorou a escolha do tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “Fraternidade e a vida no planeta”, por tratar do meio ambiente, principal bandeira de seu partido.

– Eu não poderia deixar de registrar a satisfação e a alegria, na condição de ambientalista,



Tema é bandeira do PV, diz senador

médico, senador pelo PV e cristão, pela escolha desse tema tão oportuno para a Campanha da Fraternidade deste ano – disse o senador.

Wellington Dias comemora elevação do orgulho do piauiense

Os resultados da pesquisa Captavox mostrando que 87,2% da população do Piauí diz ter orgulho de ser piauiense e de viver no estado foram comemorados por Wellington Dias (PT-PI). Pesquisa realizada no fim de 2002 indicava que apenas 48% dos piauienses sentiam orgulho do

estado, disse o senador.

Wellington Dias governou o Piauí de 2003 até o final de 2010, e chamou a atenção para a melhora da qualidade de vida do brasileiro, em particular do piauiense. Outra mudança registrada pelo senador diz respeito à expectativa em relação ao

futuro: “89,2% da população do Piauí hoje tem a convicção de que a vida continuará melhorando nos próximos cinco anos, com clima de otimismo prevalecendo em todas as microrregiões do estado”, destacou.

Ainda segundo a pesquisa, o Piauí deixou de ser o estado

do país com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); foi o que, proporcionalmente, mais reduziu o analfabetismo e a miséria; elevou a renda *per capita* em 42,3% de 2004 a 2008; e avançou nas áreas de habitação, energia elétrica e infraestrutura.



Wellington Dias registra pesquisa